



ZERO



CURSO DE JORNALISMO - FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2007 - ANO XXV - Nº 1

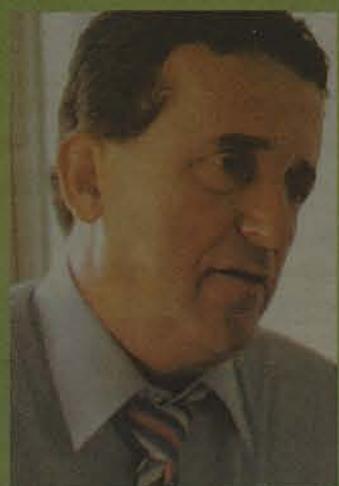
BRUNA WAGNER

CORRUPÇÃO VERDE



Juarez Silveira:
líder político e do
mercado de licenças
ambientais

PÁGINA CENTRAL



**ENTREVISTA:
HÉLIO COSTA,
A APOSTA DA
REDE RECORD**

PÁG. 3



**IGUATEMI ABRE
APÓS QUATRO
ANOS DE BRIGAS
JUDICIAIS**

PÁG. 10 e 11



**AUDITORIA FAZ
VARREDURA
NAS CONTAS DA
FEESC**

PÁG. 12 e 13



**VÔLEI DE SÃO
JOSÉ SOFRE
COM CALOTE DA
PREFEITURA**

PÁG. 14

Finalmente

Empolgados pelo texto de despedida da coordenação deste jornal laboratório - em que enfatiza os compromissos do **ZERO** com a defesa da democracia, do Estado de Direito, dos direitos e deveres do cidadão bem como de sua liberdade de agir e pensar - a equipe do **ZERO** apostou em pautas que ressaltassem a verve provocativa delineada em anos de dedicação pelo mestre Ricardo Barreto, o Blue.

Não nos passava pela cabeça, por exemplo, que a idéia de relembrar antigos textos de destaque do jornal fosse resultar em denúncia para o Ministério Público, como na matéria sobre o aquífero dos Ingleses. Nossos repórteres foram os primeiros a flagrar o desrespeito à Justiça e à natureza por empresários que até a semana passada não viam barreiras ao seu apetite voraz. Não se trata aqui de fazermos uma caça às bruxas mas de apontar para onde alguns fazem vista grossa. Nesse caso, uma das reservas mais importantes de água para a região norte da capital se vê no meio de uma situação insólita: ou vira campo de golfe e condomínio de luxo ou a terá sua água, que abastece cerca de 40 mil moradores, inutilizada pela favelização cada vez mais presen-

te graças à ausência do poder público. A questão é que não há uma terceira via, a via do planejamento, da fiscalização e da ocupação consciente. Esse vácuo do poder público é que acaba privilegiando alguns que se utilizam do famoso "jeitinho brasileiro" para terem seus interesses preservados ou um belo saldo na conta bancária. O ponto é exatamente o mesmo do qual a matéria de capa sobre a Operação Moeda Verde trata. Esse vazio especulativo e permissivo do poder público consegue colocar a capital dos catarinenses em destaque mais uma vez na mídia nacional por conta de escândalos onde se vê, em todas as esferas do governo, altos cargos sendo vilipendiados por pessoas indignas do processo democrático do qual fazem parte.

Neste ano em que o **ZERO** completa 25 anos, a equipe faz sua estréia apontando também para nosso umbigo. A matéria sobre as fundações de amparo ao ensino e à pesquisa vinculadas à UFSC apresenta um panorama claro da situação que levou à intervenção da Feesc, pedida pelo Ministério Público Estadual. Sem perder uma das suas principais características que é a discussão sobre o jornalismo, trazemos

na entrevista desta edição o jornalista Hélio Costa, protagonista de uma das contratações financeiras mais expressivas da imprensa catarinense. Ele comenta sobre a realidade da profissão e os planos da Record em sua disputa de audiência com a Rede Globo.

Não posso finalizar sem traçar uma comparação entre o movimento num certo dia de novembro de 79 e o ato em frente à sede da Polícia Federal da capital, em 5 de maio. Fruto da espontaneidade do cidadão de Nossa Senhora do Desterro, que bradou "finalmente" aos desmandos do poder público e reconheceu uma instituição que não tem se dobrado frente aos envolvidos nos escândalos que investiga. Quero apenas registrar o povo. Não é negar o progresso, mas devemos aprender com os erros do passado e do presente. Muito já foi varrido para baixo do manguê.

Nota: A partir de agora estamos corrigindo o ano editorial do **ZERO**, que teve sua primeira edição experimental impressa em tipografia em setembro de 1982. Com isso já se vão 25 anos das primeiras histórias contadas por profissionais que hoje ocupam as melhores redações e instituições do país.

Boa leitura!

CHARGE

LUCAS NEUMANN



ANDRESSA TAFFAREL



Palmas para a justiça

No sábado do dia 5 de maio, debaixo de um inesperado sol de verão, moradores de Florianópolis vestiram-se de verde e trocaram a praia pelo estacionamento da Polícia Federal. Cobertos por uma gigante bandeira do Brasil, segurando faixas e cartazes, os presentes manifestaram apoio aos trabalhos da PF, que na última semana expediu 22 mandados de prisão contra políticos, empresários e funcionários públicos, na chamada Operação Moeda Verde.

Enquanto algumas pessoas chamavam motoristas e passageiros dos carros que paravam no sinal da Avenida Beira-mar Norte para participar, outros usavam apitos para animar quem ia chegando. Além de legitimar as ações da PF, o grupo queria mostrar a preocupação em preservar a flora e fauna da Ilha de Santa Catarina.

Após muitos gritos de "Júlia, cadê você? Eu vim aqui pra agradecer!", a delegada Júlia Vergara, que comandou a Operação, apareceu para retribuir o reconhecimento da população. "Cenas como essa estimulam o trabalho da polícia", agradeceu.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
Curso de Jornalismo da UFSC
Florianópolis, maio de 2007
Ano XXV - Número 1
Fechamento: 09 de maio

REDAÇÃO DO JORNAL
Curso de Jornalismo
UFSC - CCE - JOR
Trindade - Florianópolis, SC
CEP 88040-900

EDIÇÃO

Andressa Taffarel ■ Annelize Conti
Bruna Wagner ■ Dalmo Borba
Daniela Kirst ■ Guilherme Carrion
Isadora Peron ■ Ivan Fávero
Priscila Grison ■ Taise Bertoldi

EDITORAÇÃO

Andressa Taffarel ■ Guilherme Carrion
Lucas Neumann ■ Tiago Agostini
Vanessa Campos

FOTOGRAFIA

Andressa Taffarel ■ Annelize Conti
Bruna Wagner ■ Heitor Cardoso
Isadora Peron ■ Jonathas Mello

REPORTAGEM

Ariela Diniz ■ Annelize Conti
Bruna Wagner ■ Daniela Kirst
Evandro Bordignon ■ Felipe Monteiro
Fernanda Fava ■ Fernanda Peres
Guilherme Carrion ■ Heitor Cardoso
Isadora Peron ■ Ivan Fávero
Murilo Mellio ■ Patrícia Pratts
Priscila Grison ■ Raquel dos Santos
Talita Garcia

ILUSTRAÇÃO

Jonathas Mello ■ Lucas Neumann

MONITORIA

Tiago Agostini

PROFESSOR COORDENADOR

Lúcio Baggio

INFORMAÇÕES

IMPRESSÃO: Diário Catarinense
CIRCULAÇÃO: Nacional
DISTRIBUIÇÃO: Gratuita
TIRAGEM: 5.000 exemplares

TELEFONES

+55 (48) 3721.6599 ■ 3721.9490
3721.9215 ■ FAX: 3721.9490

NA INTERNET

SITE: www.zero.ufsc.br
CIRCULAÇÃO: zero@cce.ufsc.br

★★★★★

Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV e XI
Set Universitário / PUC-RS
1988, 89, 90, 91, 92 e 98

★

3º melhor
Jonal-laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

★

Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC, 2000

Hélio Costa, o novo investimento da Record

Contratação do jornalista faz parte de estratégia da emissora para se tornar líder de audiência em Santa Catarina

JONATHAS MELLO

ARIELA DINIZ

O slogan "a caminho da liderança" define a estratégia da Rede Record: conquistar o primeiro lugar na audiência. Investindo alto, a emissora aposta em profissionalismo e praticamente tira da programação os vestígios da Igreja Universal do Reino de Deus. Dentro da nova proposta, a Record já garantiu a exclusividade na transmissão das Olimpíadas de Londres em 2012, e fez ofertas milionárias por torneios de futebol.

Depois da compra da TV Guaíba, de duas rádios e do jornal *Correio do Povo*, no Rio Grande do Sul, o novo investimento da emissora do bispo Edir Macedo é o apresentador Hélio Costa, que acaba de voltar para a Record SC, à frente do programa *Balanço Geral*. Com os seus casos policiais, já conseguiu superar em audiência o *Jornal do Almoço*, da concorrente RBS.

Depois de quase 30 anos de profissão, Hélio Costa tornou-se um dos jornalistas mais bem pagos de Santa Catarina. Começou trabalhando em rádio, mas logo foi para a TV. Consagrou-se na mídia local com um programa que toma partido e "não faz jornalismo de chapa branca", como ele mesmo diz. Depois de insistentes tentativas, Hélio recebeu a equipe do ZERO, na rádio Guarujá.

ZERO: Em alguns momentos, seu programa atinge picos de audiência e bate o *Jornal do Almoço*, da RBS TV. Como você vê, regionalmente, essa briga por audiência entre Globo e Record?

Hélio Costa: Isso é bom para quem trabalha no ramo da comunicação. A audiência tem que se dividir para dividir o mercado. A concorrência regional é boa para os futuros jornalistas; tem que ter mais empresas investindo nesses setores. Várias vezes fiquei na frente do *Jornal do Almoço*, tanto na Record quanto no SBT. Não existe mais a Globo com 80% da audiência e as outras emissoras dividindo o restante.

Z: Você, como um comunicador popular, acredita que a mídia é mais influente em veículos mais próximos da população ou em grandes emissoras?

HC: Claro que a grande mídia como Record, Globo e SBT tem eficiência, mas acredito que o jornalismo local tem mais influência. O cidadão, às vezes, não sabe o que acontece no Irã, Iraque ou em Nova Iorque. Ele quer saber o que está acontecendo perto dele, na cidade em que vive ou no próprio bairro. O noticiário local tem mais influência, principalmente na mídia impressa. Você não vê, por exemplo, no centro de Florianópolis as pessoas lendo *Folha de S. Paulo* ou *Estadão*. Você vê o cidadão lendo os jornais *Notícias do Dia* e *Hora de Santa Catarina* que são jornais populares e regionais. São os jornais locais que formam a opinião do povo.

Z: Você tem notícias quentes no seu programa. Como funciona sua relação com as fontes?



RECONHECIMENTO Com 30 anos de profissão e salário de R\$ 40 mil, Hélio Costa é um dos jornalistas mais bem pagos de Santa Catarina

“Várias vezes fiquei na frente do *Jornal do Almoço*, tanto na Record quanto no SBT. Não existe mais a Globo com 80% da audiência e as outras emissoras dividindo o restante.”

para a nossa mesa. O programa se pauta sozinho. Nós temos um telefone com interação direta com o telespectador. A comunidade é quem pauta o programa e isso é muito importante.

Z: Qual a diferença entre um jornalista e um apresentador de TV?

HC: Os dois passam a informação. O que difere é que um participa da obtenção dessa informação e o outro só apresenta, apenas lê o que está escrito no TP [teleprompter]. Isso tende a desaparecer com o tempo. Hoje o profissional deve ser completo, participar de todas as etapas da produção.

Z: Em comunidades do Orkut dedicadas a você, muitas pessoas reclamaram da sua ida para a Record sem a equipe do programa antigo, principalmente o personagem Dedão. Qual foi o motivo para os outros profissionais terem ficado no SBT?

HC: Não levei a equipe porque o SBT praticamente dobrou o salário de to-

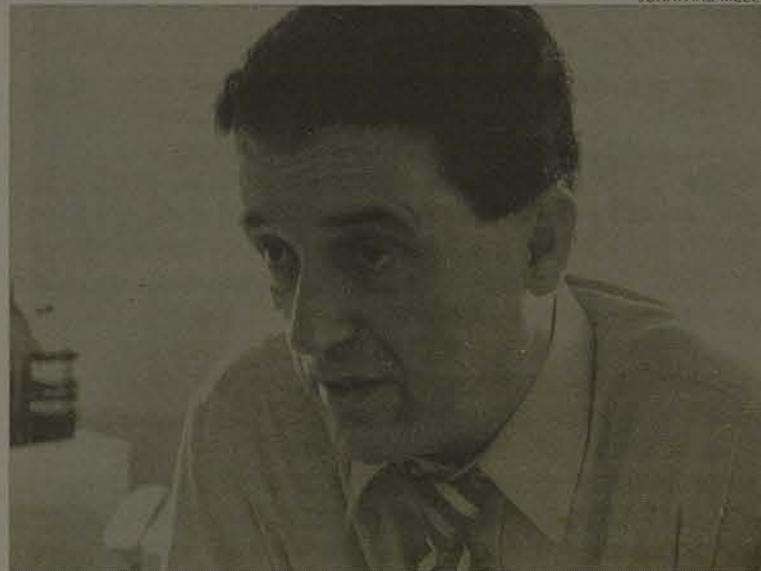
HC: Ter boas fontes é resultado de tempo de serviço, você adquire credibilidade. O detalhe é que a gente não faz jornalismo de chapa branca, minha produção não trabalha com releases. Claro que damos atenção a eles, até porque temos companheiros na assessoria de imprensa, mas não é o nosso foco principal. Quando começamos o programa de manhã, nós não olhamos

dos. Pode escrever, o SBT hoje é quem paga mais. E o Dedão fui eu quem criei. Agora eu vou criar outro personagem para ter uma maior interação com o público.

Z: Foi divulgado na mídia que seu novo salário na Record é de R\$ 40 mil, um dos mais bem pagos entre os jornalistas de Santa Catarina. Você acha que isso pode influenciar o mercado?

HC: Espero que sim. Na realidade acho que isso pode ser um começo da valorização do jornalista aqui no estado. Não que seja mal pago, o piso salarial do jornalista não difere muito do piso de um engenheiro, por exemplo. O problema é que o mercado da comunicação em Santa Catarina ainda é pequeno se comparado aos grandes centros. Existem muitos profissionais para poucas vagas e isso desvaloriza a categoria.

JONATHAS MELLO



INTERAÇÃO A comunidade é quem pauta o programa de Hélio Costa

Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina

Costão Golf desrespeita ordem judicial

Empreendimento, que já foi multado, alega que caminhões e retroescavadeira fazem apenas manutenção do local

EVANDRO BORDIGNON / HEITOR CARDOSO / IVAN FÁVERO / RAQUEL SANTOS



A construção do Costão Golf está paralisada por determinação da Justiça Federal. O mega empreendimento é um complexo turístico no bairro Ingleses com residencial de 181 casas, 94 apartamentos, 13 vilas e vários campos de golfe com o total 571 mil metros quadrados.

O motivo do embargo da justiça é de que o empreendimento apresenta risco de contaminação do Aquífero dos Ingleses, mas, ao que tudo indica, a obra pode ser concluída em breve.

Na secretaria do Costão Golf, um cartaz estipula a data de inauguração: novembro de 2007. Segundo a apuração da equipe do ZERO, no domingo, 22 de abril, algumas pessoas já utilizavam o campo para a prática do esporte.

Durante a semana, é possível ver trabalhadores e caminhões mexendo na terra e modificando o local. A secretaria do Costão afirma que são apenas obras de manutenção, permitidas pelo juiz federal Zenildo Bodnar, que autorizou atividades como plantio e irrigação da grama para evitar a erosão do solo. Na quarta-feira, dia 25, havia até uma retroescavadeira no local.

O empreendimento foi multado em outubro de 2006 por desobedecer à decisão judicial de paralisação. Fernando Marcondes de Mattos, o proprietário, disse em matéria do *Diário*

Catarinense do dia 05/10/06 que aquelas também eram apenas obras de manutenção.

A Delegacia de Crimes Ambientais da Polícia Federal, no entanto, constatou que na ocasião houve construção de edificações, colocação de equipamentos de drenagem, alteração do relevo e terraplanagem. Os responsáveis pagaram R\$ 200 mil pela desobediência.

Entenda o caso

A procuradora da República Analúcia Hartmann entrou com uma ação civil pública, em abril de 2005, pedindo paralisação total da construção, alegando que o uso de fertilizantes e pesticidas no grama-do pode afetar o aquífero, que abastece 130 mil pessoas.

A solicitação foi atendida em agosto pelo Juiz Federal Jurandir Borges Pinheiro, da Vara Ambiental Agrária em Florianópolis, que determinou a interrupção da obra e suspendeu a licença e os alvarás expedidos pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA).

Um ano e meio depois do embargo, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina entrou com ação junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, pedindo a transferência do caso para a Justiça Estadual, sob argumento de que o local deveria estar sob jurisdição do estado e não da União.

Em 13 de Abril, o site do TRF4 anunciou o julgamento procedente da transferência, podendo ainda o Ministério Público Federal recorrer ao Superior Tribunal de Justiça.

Segundo a Procuradora as obras continuam suspensas.

IVAN FÁVERO



LAZER Enquanto o embargo tramita na justiça, esportistas se divertem no campo localizado nos Ingleses

Assunto volta às páginas do Zero

O Jornal Laboratório ZERO publicou em abril de 2005 a matéria *Costão Golf ameaça meio ambiente*, reportando a preocupação do Ministério Público Federal e de moradores com a construção do Residencial.

A matéria foi feita pela repórter Francis França, que descobriu a pauta em um panfleto distribuído pela Associação de Moradores do seu bairro. Quando foi publicada, a matéria chegou a ser tachada de sensacionalista.

Dois anos depois, Francis comenta:

“Até hoje algumas perguntas martelam em minha cabeça. Se o empreendedor sabia que ia enfrentar uma batalha judicial, por que resolveu colocar dinheiro justamente em uma atividade poluidora sobre um aquífero? Por que os vereadores trabalham para viabilizar um empreendimento que ameaçaria a fonte de abastecimento de 130 mil pessoas? Por que o Governador do Estado foi ao Tribunal em Porto Alegre pedir a liberação das obras? O golfe é um esporte assim tão popular? Mistério...”

Governador quer golfe em SC

É de conhecimento público que Luiz Henrique da Silveira quer ver o Costão Golf construído. Após ser reeleito no ano passado, contando inclusive com a doação de R\$ 100 mil do Costão para sua campanha, LHS intensificou as críticas ao que considera exagero de restrições ambientais aos empreendimentos turísticos.

O governador, de volta da sua viagem à Europa em março deste ano, reforçou o discurso de que Santa Catarina sofre entraves para chegada de novos investimentos estrangeiros pois aqui há “insegurança jurídica” e “eco-radicalismo”.



OBRAS Mesmo suspensa pela justiça, construção de campo continua

Aquífero está sujeito à contaminação

Técnicos divergem quanto aos impactos que os produtos químicos que seriam utilizados no cultivo do grama-do do Costão Golf podem acarretar ao aquífero. A previsão é de que serão 30 toneladas de pesticidas e herbicidas todo ano.

Para Marciel Stadnick, Professor de Fitopatologia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), são necessárias algumas precauções para evitar a contaminação de pesticidas e fertilizantes no lençol freático. Segundo ele,

construção do Costão Golf precisa de um agrônomo que acompanhe o uso de agrotóxicos. “O importante é usar o produto somente para controlar a irrigação e a alta do corte da grama. O técnico deve optar pelos menos tóxicos”.

Mas de acordo com o geólogo e técnico analista em gestão ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Cícero Augusto de Souza Almeida, o aquífero do norte da Ilha não possui uma camada superior impermeável que retém os líquidos lançados no solo. Isso o torna suscetível à

contaminação, inclusive por esgotos provenientes das fossas negras.

A procuradora da República, Analúcia Hartmann, que entrou com a ação civil pública, defende que não há medida que possa proteger o meio ambiente dos agrotóxicos utilizados. Ela também aponta outros problemas ambientais envolvendo o empreendimento, como a proximidade com área de preservação permanente, além de deficiências no licenciamento ambiental e ausência de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Ilha enfrenta problema de cidade grande

Congestionamentos nas principais ruas e avenidas de Florianópolis já fazem parte do cotidiano da população

DANIELA KIRST
PATRÍCIA PRATES

Fernanda Friedrich é estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mora no bairro do Campeche. Para chegar às aulas no horário, precisa sair de casa com pelo menos uma hora e meia de antecedência. Esse é o tempo que ela leva pra percorrer de carro um caminho que normalmente dura cerca de 15 minutos. O problema não acontece só no Campeche. Fernanda ainda tem que enfrentar o congestionamento nos bairros próximos à Universidade.

A cena tem se repetido com frequência nas principais vias de Florianópolis, sobretudo nos horários de pico, por volta das 7h30 e 18h30. Fernanda explica que no Campeche não existe mais horário específico para começar o congestionamento. "Sete da manhã começa forte o engarrafamento, e fica parado. Demoro até duas horas para chegar na UFSC".

Para o engenheiro especializado em trânsito e tráfego urbano Severino Soares da Silva, a intensa migração para a ilha nos últimos anos e o conseqüente aumento do número de carros é a principal causa dos engarrafamentos atuais. Com 210 mil veículos – um automóvel para cada dois habitantes – a capital catarinense tem a maior frota per capita do país.

O tráfego nas pontes que ligam a Ilha ao Continente também sofre com o excesso de automóveis. Diariamente, 150 mil veículos transitam pela Colombo Salles e Pedro

Ivo Campos. O número equivale à quantidade de carros que passam todos os dias pela Ponte Rio-Niterói, no Rio de Janeiro, onde a população é seis vezes maior que a da Grande Florianópolis.

"A situação do sistema viário atual de Florianópolis já é gravíssima, mas se continuar assim, nos próximos anos vai ser tornar insuportável" afirma Soares. As estatísticas confirmam a previsão. Nos próximos 14 anos, segundo as entidades de Engenharia de Santa Catarina – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), Sindicato dos Engenheiros (Senge) e Associação Catarinense de Engenheiros (ACE) – o volume de veículos na Ilha deve dobrar.

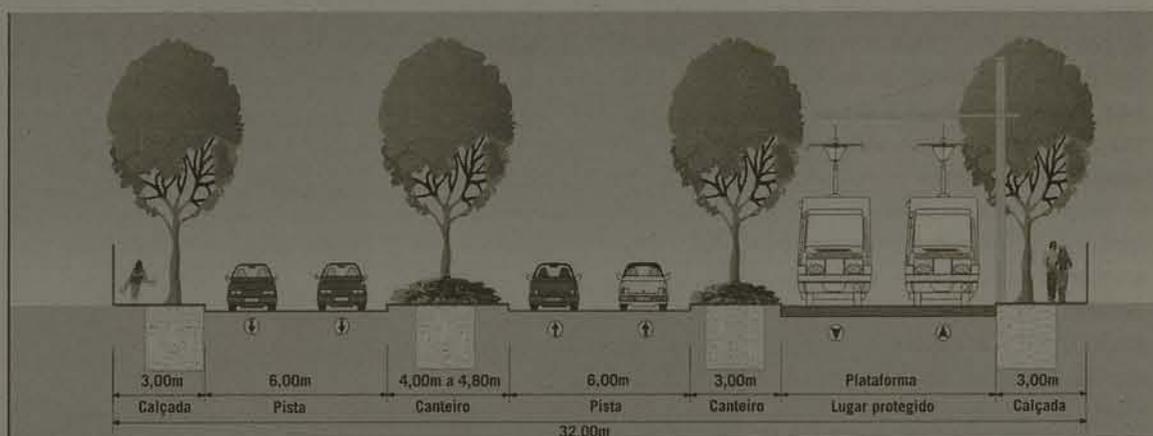
Soares assegura que tanto o município quanto o estado já poderiam ter previsto o problema. "É falta de planejamento. É falta realmente de sentar e discutir a questão, enxergar esse problema que está ocorrendo com a Ilha hoje e que vai ocorrer nos próximos anos. Será que Florianópolis agüenta um milhão, dois milhões, três milhões de pessoas? É necessário encontrar um modelo de ocupação urbana que não tenha números absurdos de habitantes como estes, porque a cidade não suporta", alerta.

A prefeitura se defende e diz que já tentou resolver o problema diversas vezes, além de criar projetos para tentar amenizar a situação. O mais antigo deles remonta ao ano de 1976: a construção da PC3 – ampliação da Avenida Juscelino

propostas para desafogar o trânsito

Bondinhos – O processo de licitação para instalação de um bondinho no Morro do Mocotó já foi lançado. A prefeitura de Florianópolis prevê que o projeto facilitará o acesso dos moradores até suas residências. Este tipo de transporte já é utilizado na cidade de Salvador, Bahia. Serão construídos de quatro a cinco estações para embarque e desembarque de passageiros.

Teleféricos – Discutida hoje por diversos empresários como uma solução para o "caos do tráfego" nas ruas de Florianópolis, a instalação de teleféricos na área central, até mesmo na Lagoa da Conceição, já foi sancionada pelo ex-prefeito Edison Andrino em 1987. O autor do projeto de lei é o ex-vereador Rogério Queiroz. Em entrevista ao jornal A Notícia de 09 de novembro de 2006, Queiroz falou não ter obstáculos legais para a construção do teleférico, o que falta é interesse político de fazê-lo.



Projeto de VLT para tráfego na Avenida Hercílio Luz

VLT – VLT (veículos leves sobre trilhos) seria uma alternativa encontrada pelo Governo do Estado de Santa Catarina para o transporte na Grande Florianópolis. Ainda em estudo, a proposta é que este meio de locomoção passe pela Ponte Hercílio Luz, que deverá ser reinaugurada até 2010. A idéia tem vantagens em relação ao ônibus, como maior capacidade de passageiros e menor tempo de viagem, além de ser não-poluente, já que é movido à eletricidade. Em Blumenau já existe um projeto de trem urbano de forma VLT.

Projetos em estudo – A construção de uma quarta ponte localizada após a ponte Hercílio Luz, unindo a Beira-Mar Norte com a Beira-Mar Continental. A duplicação do número de faixas da Via Expressa, ficando com quatro pistas em cada sentido; da Avenida Deputado Antônio Edu Vieira, no Pantanal; e ampliação das rodovias SC 401 e SC 404, que dão acesso ao Norte e ao Leste da Ilha, respectivamente. Um túnel no Morro da Lagoa no sentido Lagoa-Centro, ficando a estrada atual apenas para o sentido Centro-Lagoa. E ainda a construção de um viaduto ao lado do Terminal Rodoviário Rita Maria e de frente para o Intercity Hotel.

Kubitschek, no bairro do Estreito. O principal motivo de alguns desses projetos ainda não terem saído do papel é a falta de recursos. "Neste projeto da PC3, por exemplo, o que barra a sua realização são as desapropriações no local que também necessitam de recursos. A prefeitura só tem dinheiro para fazer a obra de ampliação da avenida" explica o diretor de operações do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Carlos Eduardo Medeiros.

As obras que estão em andamento são as dos elevados do Itacorubi e de Capoeiras. Para o futuro, os projetos de maior destaque são a implantação de bondinhos no Morro do Mocotó, a instalação de teleféricos na área central da cidade e a construção de um sistema de Veículos Le-

ves sobre Trilhos (VLT), na Ponte Hercílio Luz (ver box).

Alternativas

Não são apenas os projetos de ampliação de avenidas e construção de viadutos que resolveriam o problema, defendem Soares e Medeiros. O estímulo ao uso do transporte coletivo como principal meio de locomoção está entre as principais soluções para o congestionamento em Florianópolis.

Para Soares, a situação atual do transporte público da capital catarinense é precária. "Não temos modelo de transporte coletivo decente, adequado, como se tem em países desenvolvidos. Assim a opção passa a ser quase que totalmente automóvel. O sistema viário não suporta".

Medeiros também sugere uma melhoria no transpor-

te público, como o aumento do número de horários e um aprimoramento na qualidade das linhas. "Só que isso tudo implica que alguém tem que sair do carro e ir para o ônibus, porque não adianta você melhorar o transporte coletivo e não ter essa contrapartida do usuário", afirma.

Soares acrescenta mais uma possível solução para o problema do congestionamento. Segundo ele, a prefeitura deveria planejar a ocupação e o uso do solo na Ilha. "Na área central da cidade já deveria ser pensado em proibir a construção de edifícios com garagem ou até dar um prazo para daqui uns cinco anos não se construir mais no centro". Se nenhuma providência for tomada, o engenheiro prevê que num prazo de dez anos não se transita mais na cidade.



CONGESTIONAMENTO Saída da Ilha é um dos principais problemas

Profissão Governador: futuro garantido

Ex-governantes recebem remuneração vitalícia de R\$ 22,1 mil por mês, mais que o dobro do salário de Luis Henrique

EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA

DALMO BORBA
MURILO MELLIO

Imagine que, ao se aposentar, você passará a ganhar mais que o dobro de seu salário, até o fim da vida. De R\$ 10 mil, sua renda irá para nada menos que R\$ 22 mil! Para realizar esse sonho você não precisa trabalhar durante décadas nem contribuir com nenhum plano de aposentadoria. Tudo o que você tem de fazer é se tornar governador de Santa Catarina, mesmo que seja por menos de um ano.

A pensão vitalícia é concedida atualmente a nove ex-governadores – que recebem, cada um, R\$ 22,1 mil todo mês – e existe há mais de 35 anos no Estado. O último a receber o benefício foi o ex-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB), que ocupou o cargo por oito meses, de abril a dezembro de 2006, após a renúncia de Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que deixou o cargo para concorrer à reeleição. Por ter exercido mandato por um breve período e receber integralmente a gorducha mesada, a situação de Pinho Moreira tem causado polêmica na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc).

O subsídio está previsto no artigo 195 da Constituição do Estado e equivale aos vencimentos de Desembargador do Tribunal de Justiça que, desde 2005, é de R\$ 22,1 mil. Com isso, cada ex-governante recebe dos cofres públicos – ou seja, de nós – R\$ 270 mil por ano. Um trabalhador, que ganha um salário mínimo e, através de impostos, contribui com a pensão dos ex-governadores, precisaria de 59 anos para receber o mesmo valor. E a tendência é que os gastos só aumentem. A cada quatro anos surge mais um ex-governador e, mesmo após o falecimento de um deles, o cônjuge continua a embolsar o benefício. Hoje, o gasto anual com todas as pensões ultrapassa os R\$ 2 milhões.

A primeira tentativa de cancelar a mesada veio do líder do PT na Alesc, Pedro Baldissera, e da deputada



BATE-BOCA Debate entre oposição e governo no plenário da Assembleia Legislativa não muda situação de privilégios para ex-governadores

federal Luci Choinacki, do mesmo partido, que conseguiram uma liminar da Justiça, em 2006, suspendendo o pagamento. A pensão foi restabelecida por meio de recurso judicial da Procuradoria Geral do Estado e dos advogados dos ex-governadores.

Descontente com a decisão, a Fundação das Associações de Moradores de Santa Catarina (Famesc) deu início, no começo de abril, a mais uma tentativa para pôr fim ao que considera “uma prática que indigna a população de Santa Catarina”. O presidente da Fundação, Allan Rodrigo Alcântara, começou, junto com o deputado Baldissera, uma campanha para acabar com o benefício. Uma tarefa que está longe de ser fácil.

Somente para apresentar a proposta na Assembleia, serão necessárias assinaturas de 2,5 % dos eleitores do Estado – cerca de 105 mil – que precisam ser recolhidas em 40 municípios, com participação de pelo menos 1% do

eleitorado de cada um deles. Mesmo que esse número de assinaturas seja alcançado, a proposta ainda deverá ser aprovada por três quintos dos deputados, em duas votações. O que significa que, mesmo que mais de 100 mil eleitores manifestem-se contra as pensões, se os deputados decidirem, os catarinenses continuarão pagando.

Enquanto isso, o debate esquenta na Assembleia. O deputado estadual Onofre Agostini (DEM, antigo PFL), por exemplo, levou ao plenário no dia 27 de março uma notícia do jornal *Folha de S. Paulo*, informando que a pensão vitalícia fora reinstituída no Mato Grosso do Sul, no período final do mandato do ex-governador Zeca do PT, que agora goza do benefício. Agostini

fez isso para alfinetar os petistas que, em Santa Catarina, defendem a anulação do benefício. “Se está errado aqui, está errado lá também.”

Em entrevista à equipe do ZERO, o deputado afirmou ser contra a pensão

no seu valor atual, defendeu que fosse de um terço do salário de governador, e sugeriu também que o valor fosse proporcional ao tempo de mandato exercido. No entanto, diante da proposta apresentada pelo PT em 2005, que instaurava a proporcionalidade para o subsídio, Agostini, integrante da Comissão de Constituição e Justiça, que analisava a proposta, votou contra.

Dedicação

O deputado Agostini defende a pensão com a justificativa de que homens que dedicaram suas vidas à população, não podem correr risco de enfrentar situação de baixa renda depois de seus mandatos. “Aqui em Santa Catarina, nós temos dois exemplos: o Antonio Carlos Konder Reis e o Colombo Salles, que sobrevivem da pensão. São dois ex-governadores que se dedicaram à vida pública, durante seus mandatos e não têm outra fonte de renda.”

Para o deputado estadual Jailson Lima da Silva (PT) a política não é uma profissão, mas sim uma opção de dedicação pessoal. “Se cada ex-prefeito ou ex-vereador requeresse o benefício, quanto teria que sair do bolso do cidadão para custear tudo isso?”, pergunta.

os governantes

Para Amin, pensão beneficia o povo

Para os ex-governadores de Santa Catarina, Esperidião Amin e Eduardo Pinho Moreira, a pensão vitalícia dá liberdade para que o governante aja com isenção durante os quatro anos que estiver à frente do Estado. Amin, embora tenha afirmado não querer opinar por ser um favorecido, disse que “a pensão é um subsídio que o povo oferece ao governante, em benefício próprio” e que garante segurança para o governador exercer o mandato sem se preocupar com seu futuro financeiro, podendo dedicar-se integralmente à vida pública.

O ex-governador Eduardo Pinho Moreira assumiu o cargo por oito meses e recebe o subsídio. Por isso foi criticado por Amin, que cumpriu dois mandatos inteiros: “O governador Luiz Henrique ofereceu o cargo para ele não disputar nada e ficar com a pensão”.

Pinho Moreira, que conversou rapidamente por telefone com a equipe do ZERO, é favorável ao subsídio qualquer que seja o tempo de permanência no cargo, desde que transmissão tenha sido feita de modo legítimo.

“Se cada ex-prefeito ou ex-vereador requeresse o benefício, quanto teria que sair do bolso do cidadão para custear tudo isso?”

JAILSON LIMA DA SILVA
deputado estadual pelo
Partido dos Trabalhadores

Desigualdade animal na granja de Orwell

Em *Revolução dos Bichos*, escritor britânico utiliza fábula para criticar totalitarismo e privilégio dos governantes

A *Revolução dos Bichos*, fábula do inglês George Orwell sobre os regimes totalitários, especialmente o comunismo soviético, escrita em 1945, continua atual. Pode-se facilmente encontrar em suas metáforas semelhanças com nossa democracia moderna.

Depois de uma vitoriosa e sangrenta revolução dos animais de uma granja contra os déspotas humanos, os animais esperavam viver em igualdade e harmonia. Afinal, era o que dizia o sétimo e último mandamento da então

recém-nomeada Granja dos Bichos: "Todos os animais são iguais".

Pouco a pouco os porcos se tornavam autoritários e requisitavam cada vez mais privilégios para eles próprios, legitimados por leis e resoluções que eles mesmo criavam. Começou com

o leite que as vacas produziam e as maçãs que caíam das árvores, que iam única e exclusivamente para a alimentação dos porcos. Pois, segundo eles, o leite e a

maçã (está provado pela ciência, camaradas) contém substâncias absolutamente necessárias à saúde dos porcos. "Nós, os porcos, somos trabalhadores intelectuais. A organização e a direção dessa granja repousam sobre nós. Dia e noite velamos por vossa bem-estar. É por vossa causa

que bebemos aquele leite e comemos aquelas maçãs.", dizia o leitão propagandista Garganta.

Assim, os privilégios dos suínos eram justificados pela árdua tarefa, diziam eles, de governar. Isso se deu de uma forma que os sete mandamentos, no fim, se tornaram

um só: "Todos os animais são iguais. Mas alguns animais são mais iguais do que os outros".

O professor de Ciências Sociais e Políticas da UFSC, Remy Fontana, comenta que "soa estranho" os ex-governadores receberem pensões vitalícias de R\$ 22,1 mil, "porque está na contramão das prerrogativas igualitárias que estão na lei." Segundo ele, "uma legislação que permite esses acúmulos abusivos de valores é uma legislação equivocada, e configura um estado de deboche para a sociedade." Assim, para ele, a aposentadoria de um cidadão comum apontaria "para um direito e o subsídio aponta para um privilégio". Ou seja, para os meros "animais" eleitores restam os direitos, enquanto que com os "porcos" ficam os privilégios.

“ Todos os animais são iguais. Mas alguns animais são mais iguais do que os outros.”

GEORGE ORWELL

autor de *A Revolução dos Bichos*



tradição

Pensão vitalícia é costume na maior parte do país

Não é só em Santa Catarina que os ex-governadores recebem pensão. Dos 27 estados brasileiros, de acordo com reportagem da revista *Istoé*, 19 pagam o benefício. Todos os meses, mais de R\$ 3 milhões saem dos cofres públicos para bancar as gordas aposentadorias.

A situação mais peculiar é de Pedro Pedrossian que recebe duas pensões. Governador do Mato Grosso entre 1966 e 1971, ele voltou ao cargo à frente do recém-criado Mato Grosso do Sul, em 1980. Hoje, acumula mais de R\$ 30 mil por mês.

No mesmo Mato Grosso do Sul, o ex-governador Zeca do PT garantiu o direito de receber o benefício através de votação na Assembleia Legislativa. A pensão fora extinta em 1989, mas o petista conseguiu restituí-la pedindo apoio aos seus aliados no Legislativo.

Dos 19 estados, a pensão foi extinta em seis. Mas os que foram beneficiados antes da extinção continuam a recebê-la. Apenas São Paulo, Tocantins, Amapá e o Distrito Federal nunca pagaram.

para acabar com a mordomia



Para a pensão vitalícia recebida pelos ex-governadores seja extinta, há quatro maneiras de se revogar o artigo 195 da Constituição, que prevê o benefício:

- Após proposta de um terço dos deputados da Alesc
- Do Governador do Estado
- De mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus integrantes
- De pelo menos 2,5% por cento do eleitorado estadual, distribuído por no mínimo 40 municípios, com não menos de 1% dos eleitores de cada um deles.

Após qualquer uma dessas situações, para ser aprovada, uma emenda constitucional precisa ser votada em dois turnos e, nos dois, ser aprovada por pelo menos três quintos dos deputados.

os ex-governadores catarinenses beneficiados *



Antônio Carlos Konder Reis (1966-1971 e 1994-1995)



Cassildo João Maldaner (1990-1991)



Eduardo Pinho Moreira (2006)



Esperidião Amin (1983-1987 e 1999-2003)



Ivo Silveira (1966-1971)



Jorge Bornhausen (1979-1982)



Paulo Afonso Evangelista Vieira (1995-1999)

* As esposas de Pedro Ivo Campos e Wilson Pedro Kleinübing recebem o benefício

Meio ambiente é refém de esquema de corrupção

Operação Moeda Verde desmascara compra e venda de licenças ambientais dentro da administração pública que facilitaram grandes empreendimentos na Capital

ISADORA PERON
PRISCILA GRISON

Quando o ZERO chegou a sede da Polícia Federal, perto das 12h, do dia 3 de maio, as equipes de TV, repórteres de jornais do Estado e até mesmo correspondentes de veículos nacionais já estavam no local. A delegada Júlia Vergara havia dado uma coletiva e dividia o tempo entre repetir os mesmos dados para cada entrevista e conversas com os advogados impacientes que estavam no saguão. O que ainda segurava os jornalistas no local era a espera pelo vereador Juarez Silveira, apontado pelo delegado federal Raimundo Lopez Barbosa como o cabeça do esquema de comercialização de licenças ambientais e atos administrativos em Florianópolis.

A Operação, batizada de Moeda Verde, começou há nove meses, depois que o Ministério Público Federal pediu que a PF investigasse o processo de licenciamento ambiental do condomínio de luxo Il Campanário, em Jurerê Internacional. Durante o inquérito, os policiais descobriram outros empresários beneficiados pelo esquema que facilitaria a concessão de alvarás de construção em Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Um trecho retirado da decisão emitida pelo juiz da Vara Ambiental Zenildo Bodnar, que autorizou a prisão temporária de 22 pessoas (veja box), resume o que acontecia na capital: "Trata-se, em tese, de uma grande organização criminosa formada por autoridades públicas municipais e estaduais, com importante poder de influência política direta e até decisória, tanto no plano normativo (alterações pontuais no Plano Diretor do Município) como também na concessão de licenças e autorizações ambientais e de outras organizações da municipalidade. Tudo para viabilizar construções em áreas que apresentam restrições ambientais praticamente intransponíveis (APPs) em detrimento do direito ao inestimável patrimônio ecológico da bela ilha de Santa Catarina".

O poderoso chefe

O vereador Juarez Silveira chegou às 14h, pois passou mal no momento de sua prisão. Rapidamente cercado pelos jornalistas, alegou não entender o que estava acontecendo. "Trabalho por Florianópolis", declarou. Para o delegado Barbosa, não há dúvidas da influência que o vereador exerce sobre os órgãos



JUAREZ Líder do governo municipal na câmara é considerado o cabeça da quadrilha presa pela PF

“ Não tenho conhecimento de uma operação que tenha prendido tantas pessoas influentes.”

RAIMUNDO BARBOSA
delegado da Polícia Federal
e um dos coordenadores da
Operação Moeda Verde

de licenciamento ambiental e urbano.

Na sentença judicial consta o envolvimento de Silveira na intermediação junto à Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (Susp) – cujo secretário é Renato Joceli de Souza, cunhado do vereador – na aprovação do loteamento do Rio Vermelho, Empreendimentos Habitasul, shopping Iguatemi, Restaurante do Amílcar, Hospital Vita e Magno Martins.

Apreensões da PF

De acordo com a Polícia Federal, os políticos e funcionários públicos envolvidos recebiam dinheiro, carros ou favores em troca dos alvarás. No dia da operação, 170 policiais apreenderam dez carros, todos do vereador Juarez; R\$ 516,5 mil e US\$ 37,5 mil na Santa Fé Veícu-

los do shopping Iguatemi; e um aparelho de TV de plasma.

O delegado Barbosa afirma "não ter conhecimento de uma operação que tenha prendido tantas pessoas influentes que causaram tantos danos ao meio ambiente". Há fortes indícios de que os investigados praticaram pelo menos algum crime ou participaram do esquema. As acusações são de crimes contra o meio ambiente, a ordem tributária, formação de quadrilha, corrupção e tráfico de influência. Porém, o juiz Bodnar ressalta na sentença que a prisão temporária não significa que os acusados sejam culpados e explica que o procedimento foi adotado para garantir a eficácia das investigações e sobretudo para preservar as eventuais provas a serem obtidas.



MOEDA Carros de luxo eram usados na negociação de alvarás

os 22 acusados pela operação Moeda Verde da Polícia Federal

O ZERO teve acesso ao documento emitido pelo juiz Zenildo Bodnar, da Vara Federal Ambiental de Florianópolis, em 2 de maio. Nele, o juiz justifica a necessidade da prisão temporária dos 22 envolvidos na Operação Moeda Verde e explica o motivo pelo qual cada empresário, vereador e funcionário público foi acusado. Conheça a ligação entre os membros da quadrilha que negociava licenças ambientais na Ilha de Santa Catarina:

JUAREZ SILVEIRA, vereador de Florianópolis

É considerado o líder da quadrilha. Segundo o delegado Barbosa, um dos coordenadores da Operação, é evidente o poder de influência que Silveira tem sobre os órgãos de licenciamento municipais, especialmente a Susp, onde seu cunhado Renato Joceli de Souza ocupa o cargo de secretário. Há indícios da intermediação do vereador junto a SUSP para a aprovação dos Empreendimentos da Habitasul, Shopping Iguatemi, Restaurante do Amílcar, Hospital Vita, Magno Martins.



Empresários:

HABITASUL

O grupo é responsável pelo Residencial Jurerê Internacional, no norte da Ilha, onde está construindo o condomínio Il Campanário, que deu origem a toda a investigação da Operação Moeda Verde. A Habitasul também é responsável pelo imóvel no qual se construiu a Boate no KM-7 em área com importante restrição ambiental. É a empresa que teve o maior número de contatos suspeitos com autoridades públicas e a maior beneficiada pelo esquema.

PÉRICLES DE FREIRAS DRUCK, dono do grupo

A intensa relação entre o vereador Juarez e Druck pode ser observada no trecho da gravação telefônica a seguir:

JUAREZ: Tá? E aí, a parte da prefeitura... Floram...

DRUCK: Só um minutinho. Só um minutinho! (...) Alô!

JUAREZ: A parte da prefeitura, isso aí tudo eu resolvo, tá?

DRUCK: Perfeito!

JUAREZ: Tá? A parte de, de, de... meio-ambiente, essas coisas todas eu resolvo lá.

DRUCK: Tá bem!

HÉLIO SCHEFFEL CHEVARRIA e FERNANDO TADEU HABCKOST, responsáveis pelos negócios do grupo

Ligação de ambos com o vereador Juarez Silveira e a entrega de R\$ 8 mil ao ex-servidor da Fatma, André Luiz Dadam.

VILAS DO SANTINHO

FERNANDO MARCONDES DE MATTOS, dono do resort

O que mais chama a atenção é a ligação do empresário com o servidor da Fatma, André Luiz Dadam. A INPLAC, empresa de Marcondes, financiou a campanha de Dadam em 2006, para deputado estadual pelo PSDB. Em uma conversa interceptada pela Polícia Federal, Marcondes critica a exigência do EIA-RIMA feita pelo Ministério Público e comenta que a conta de Dadam está alta, referindo-se às despesas eleitorais. Dadam acalma o empresário acenando possibilidades de futuros serviços e responde que "depois nós vamos voltar, se Deus quiser, pra Direção Geral [da Fatma], e vamos fazer um grande trabalho".



SHOPPING IGUATEMI

PAULO CEZAR MACIEL DA SILVA, sócio do empreendimento

A Polícia Federal apurou que o vereador Juarez teria ganho um carro de Paulo Cezar para a aprovação do alvará do shopping. Um veículo Peugeot estaria no nome a irmã do vereador, que é funcionária da Câmara de Vereadores.



MARGARIDA MILANI DE QUADROS, arquiteta do Shopping

A arquiteta atuaria na intermediação de vários negócios ilícitos entre Rubens Bazzo, da Susp, e Paulo Cezar.

Orgãos Públicos:

SUSP

RENATO JUCELI DE SOUZA, Secretário municipal

Cunhado do vereador Juarez, é acusado de facilitar a concessão de licença a vários empreendimentos.

RUBENS BAZZO, Servidor

Responsável pela análise do licenciamento do Colégio Energia em Jurerê Internacional. Bazzo garantiu ao diretor Percy Haensch que o seu processo seria analisado "com carinho". Também foi apurado, em escuta, uma afirmação nos seguintes termos: "Eu vou aprovar essa escola aqui e depois que se foda".

RODRIGO BLEYER BAZZO, filho de Rubens Bazzo

É acusado pela intermediação que fez entre a Susp e pessoas ligadas à Boate KM-7, em Jurerê Internacional, construída em área de preservação ambiental.

FATMA

ANDRÉ LUIZ DADAM, Ex-servidor

No ano passado, Dadam foi flagrado pela Polícia Federal com R\$ 8 mil após sair da sede da Habitasul. A quantia teria sido paga pelo ex-funcionário da Fatma pelo licenciamento ambiental concedido ao empreendimento Il Campanário. A ligação de Dadam com o dono do Costão do Santinho, Fernando Marcondes de Mattos, também é duvidosa.

FLORAM

FRANCISCO RZATKI, Chefe da Fundação

É acusado de aprovar a detonação de pedras em APP, cujos danos ambientais não aconteceram em função da atuação do IBAMA.

MARCELO VIEIRA NASCIMENTO, Servidor

Informou ao vereador Juarez que já havia conversado com o empresário Hélio da Habitasul sobre o licenciamento do colégio Energia e dito que precisaria de mais um "tempinho" para liberar essa atividade porque recentemente havia autorizado outros empreendimentos de interesse do grupo entre eles o Il Campanário.

SECRETARIA DE OBRAS

AURÉLIO CASTRO REMOR, Secretário

Remor pediu ao secretário da Susp, Renato Joceli de Souza, que desse "uma ajuda" no caso da demolição de uma pizzaria que pertencia a um amigo seu.

HOSPITAL VITA

GILSON JUNCKES, empresário

O vereador Juarez teria causado uma intensa movimentação na Câmara dos Vereadores para possibilitar o empreendimento. Após ser concretizada a alteração legislativa viabilizando a construção do hospital, o vereador ganhou um vale-brinde: poderia retirar um carro no valor de R\$ 50 mil no setor de usados da concessionária Dimas. Juarez escolheu um Ford Ecosport, que mais tarde foi deixado à venda na Santa Fé (empresa de Paulo Cezar).

COLÉGIO ENERGIA

PERCY HAENSCH, diretor

O diretor teria realizado diversos contatos suspeitos com os responsáveis pelo Grupo Habitasul e também com o servidor da Floram, Marcelo Vieira Nascimento, para tratar da questão relativa à construção do Colégio Energia, em Jurerê. Em conversa com Hélio da Habitasul, Percy confirma a retirada de vegetação em APP, no local onde seria construída a escola.

RESTAURANTE DO AMÍLCAR

AMÍLCAR LEBARBECHON DA SILVEIRA, proprietário

Silveira também teria utilizado favores de Juarez para aprovar o projeto de seu interesse. Mais uma vez, o vereador teria pedido a Renato de Souza, seu cunhado e secretário da Susp, para agilizar o processo.

CONSTRUTORA MAGNO MARTINS

AURÉLIO PALADINI, dono da construtora

Segundo a Polícia Federal, há elementos suficientes para afirmar que Paladini integra o núcleo financeiro da quadrilha. A construtora Magno Martins também foi uma das financiadoras da campanha do vereador Juarez.

Outros envolvidos:

MARCÍLIO GUILHERME ÁVILA, presidente da Santur

Ávila é considerado o representante dos interesses do Floripa Shopping. Quando ainda estava na Câmara dos Vereadores, foi autor da proposta de alteração de zoneamento do terreno onde se construiu o empreendimento. Sua ligação com o vereador Juarez também levanta suspeitas de tráfego de influência do parlamentar junto aos órgãos públicos municipais, especialmente a Susp, para conseguir o licenciamento do shopping.

ITANOIR CLÁUDIO, chefe do gabinete do vereador Juarez

Era o homem responsável pelos contatos com outras autoridades públicas e com empreendedores. A principal denúncia é que Hélio Chavarria liberou a quantia de R\$ 20 mil para supostas obras de reforma da Susp. O valor foi recebido na Habitasul, por Cláudio.

PAULO TONIOLO JÚNIOR, DVA Veículos

É amigo pessoal do vereador Juarez, patrocinou-o na eleição e como recompensa, o vereador pediu ajuda a Péricles Druck, dono da Habitasul, para promover a empresa DVA Veículos.

SÉRGIO LIMA DE ALMEIDA, médico

Foi beneficiado com a emissão de licença ambiental que apresentava irregularidades para a construção de uma casa. Há suspeita de intermediação do vereador Juarez.

Shopping center ecologicamente incorreto

Sócio majoritário do Iguatemi Florianópolis é acusado de participar do esquema de compra de licenças ambientais

ISADORA PERON / IVAN FÁVERO
PRISCILA GRISON

Desde as primeiras consultas de viabilidade para a construção do shopping center Iguatemi até a inauguração, em 17 de abril, passaram-se quatro anos de brigas judiciais, audiências e ações públicas apontando irregularidades no processo. A comunidade, o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal manifestaram-se, os empreendedores defenderam-se, órgãos públicos ora acusaram, ora foram acusados. A obra parou duas vezes por mandado judicial e depois de todos os envolvidos assinarem um acordo na Justiça, o megaempreendimento abriu as portas.

Mas os problemas do shopping do bairro Santa Mônica não acabaram com a inauguração. Duas semanas depois, em 3 de maio, a Polícia Federal começou a cumprir ordens de prisão temporária contra pessoas acusadas de negociar licenças ambientais em Florianópolis, através da Operação Moeda Verde. Entre os políticos, empresários e funcionários públicos envolvidos, em um total de 22 pessoas, está Paulo Cezar Maciel da Silva, principal sócio do shopping.

Durante a construção do Iguatemi, os órgãos públicos responsáveis pelo licenciamento ambiental foram criticados diversas vezes, principalmente pela facilidade com que os empreendedores conseguiram as licenças, sem passar por procedimentos descritos na legislação ambiental. "Qualquer parecer técnico exige estudo de impacto, mas isso era liberado mediante um telefonema", destaca

o delegado federal Raimundo Barbosa.

Após a Operação Moeda Verde, as denúncias de negligência ganharam outro nome e outra dimensão. Acusados de montar um esquema de corrupção, funcionários da Fatma, da Floram, da Susp, empresários de grupos como Santa Fé (Paulo César Maciel da Silva, sócio do shopping Iguatemi), Habitasul e Costão do Santinho, além de políticos, como os vereadores Juarez Silveira e Marcílio Ávila, foram presos e responderão por formação de quadrilha, crimes contra o meio ambiente e contra a administração pública - tráfico de influência, corrupção ativa e corrupção passiva.

Segundo a Polícia Federal, Juarez teria usado seus contatos para influenciar no licenciamento do shopping e, em troca, ganhou um Peugeot 307 de Paulo Cezar. A arquiteta Margarida Emília Milani de Quadros, ligada a Paulo César, foi acusada de manter contatos com Rubens Bazzo, funcionário da Susp, para tratar de negócios ilícitos de interesse do empresário. Em depoimento à delegada Júlia Vergara, coordenadora da Operação, Margarida afirmou que um dos servidores públicos presos no dia 3 de maio recebeu R\$ 20 mil para favorecer a construção do shopping. Durante a operação, foram encontrados R\$ 516,5 mil e U\$ 35 mil na revendedora de carros Santa Fé.

Licenciamento da Fatma

Antes mesmo de ser divulgada a Operação Moeda Verde, a procuradora da República Analúcia Hartmann já considerava a atuação da Fundação do Meio



MARGEM Rua foi construída a 15 m do rio Sertão, distância menor do que prevê a legislação ambiental

Ambiente (Fatma) no processo de licenciamento ambiental do shopping Iguatemi como "escandalosa".

Diante do fato de a Fundação Estadual ter concedido a licença de instalação sem pedir Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), a procuradora entrou com uma ação civil pública contra o shopping Iguatemi, na qual a Fatma e o Ipf também figuravam como réus.

A licença foi concedida em novembro de 2003 pelo então coordenador da Fatma em Florianópolis André Luis Dadam, um dos detidos na Operação. Em 2006, o funcionário foi flagrado com R\$ 8 mil após sair da sede da Habitasul. Foi ele quem aprovou um dos empreendimentos do grupo, o Il Campanário, em Jurerê Internacional. Essas coincidências nos fazem pensar que mais do que um caso isolado, esse descaso com o meio ambiente trata-se de uma prática costumeira dentro da Fatma.

Especificamente no caso do shopping Iguatemi, a procuradora Analúcia considerou o parecer de Dadam "simplório". O documento que concede o licenciamento tem uma página, com uma única restrição ao empreendedor: a faixa de 30 m entre o estabelecimento e o rio Sertão deveria ser respeitada, pois é Área de Preservação Permanente. O rio Sertão é aquele córrego

Mar e o shopping, que desagua no Manguezal do Itacorubi.

Diante do licenciamento que exigiu apenas o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), o MPF discutiu a necessidade de realizar estudos mais aprofundados, como o de impacto ambiental e de vizinhança. A Fundação seguiu com a sua decisão e defendeu-se dizendo que a Resolução nº 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) não lista especificamente o termo *shopping center* ou *centro comercial* como uma atividade que necessite

de Estudo de Impacto Ambiental. "Hoje, até mesmo através de decisões judiciais, o uso do EIA-Rima está sendo banalizado. Então, para qualquer obra que se vá construir, tem que fazer estudo de impacto ambiental. Mas ele não foi criado para isso", esclarece a posição da Fatma, o diretor interino Antônio Garcia Côrrea.

"Eu diria que essa é uma interpretação muito equivocada. O fato de na Resolução não estar escrito *shopping* não quer dizer que esse tipo de empreendimento não terá impactos significa-

tivos", destaca o professor de Biologia da UFSC João de Deus Medeiros.

O EIA-Rima é um dos instrumentos estabelecidos pela Constituição Federal para garantir a proteção do meio ambiente e que deve ser aplicado em todo empreendimento potencialmente degradador. O seu objetivo é fazer um diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, que servirá de base para a avaliação dos impactos e à proposição de

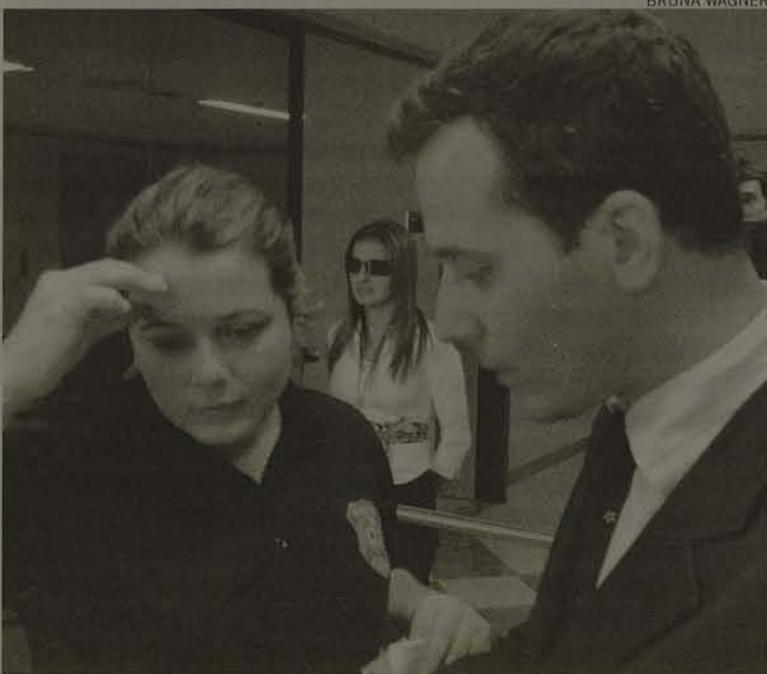
medidas mitigatórias e compensatórias.

Depois de muitas discussões e de outras instituições públicas, como a Procuradoria Geral do Município (PGM), também mostrarem-se favoráveis à realização dos estudos de impacto ambiental e da vizinhança, o proprietário do shopping Iguatemi decidiu fazê-los. A Fatma, no entanto, continua considerando-os desnecessários até hoje.

Os relatórios foram analisados pelo MPF e considerados frágeis. No caso do EIA-Rima, o principal defeito era que havia

“O fato de na Resolução não estar escrito *shopping* não quer dizer que esse tipo de empreendimento não terá impactos significativos.”

João de Deus Medeiros
Professor do Departamento de Ciências Biológicas da UFSC



NA PF Advogado do Iguatemi tenta livrar empresário de acusações

nele uma série de informações da parte biótica que não refletiam a realidade do Parque do Manguezal do Itacorubi, pois os dados foram retirados de bibliografias de outros manguezais.

Para reverter essa situação, a UFSC foi chamada a complementar o EIA-RIMA. Desde novembro de 2006, os professores João de Deus e Érico Porto Filho estão envolvidos na formatação de uma proposta para mapear a vegetação, os animais terrestres e aquáticos e as comunidades plantônicas do Manguezal do Itacorubi. Somente assim se descobrirá o real impacto do shopping sobre esse ecossistema.

Na opinião de Porto Filho, o grande mérito desse processo foi conseguir chamar atenção para o mangue que sofre consequências por estar inserido dentro de uma área urbana. "É preciso levar em consideração o nível atual de integridade desse ecossistema quando se pensa em ocupar a área entorno."

Impactos Urbanísticos

Nenhum representante do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipuf) foi detido na Operação Moeda Verde. Mas isso não quer dizer que a licença concedida pelo Ipuf tenha sido exemplar. Na verdade, os problemas ambientais do empreendimento aumentaram quando o Instituto propôs a construção de uma outra via de acesso ao bairro Santa Mônica, para desafogar o tráfego da região, que já estava sobrecarregado antes da instalação do shopping. A via passaria dentro do Parque do Manguezal do Itacorubi, na região conhecida como "fazendinha".

Apesar de ressaltar que estaria sobre Área de Preservação Permanente, a Floram aprovou o

projeto, por ser de uso público e estar proposto no Plano Diretor da cidade, de 1997. Segundo a procuradora Analúcia Hartmann, só em último caso se pode fazer esse sacrifício ambiental, mesmo por uma obra de utilidade pública. "Quando não tem mais nenhum lugar para fazer, então se admite, mas não como uma prática reiterada", argumenta. Para a procuradora, o órgão de planejamento urbano não dá importância a conservação do meio ambiente. "É como se o manguezal fosse um terreno vazio", critica.

A Procuradoria Geral do Município (PGM) manifestou-se contra a construção da via dentro do Parque do Manguezal e uma ação popular foi movida por Marcelo Pellegrino, ex-advogado do Florianópolis Shopping Center.

Em audiência judicial, os empreendedores do Iguatemi afirmaram que não tinham interesse em construir uma rua naquele local e sugeriu outra alternativa, com as vias passando dentro do terreno do shopping. Essa foi a proposta aceita. Duas ruas passam por cima do rio Sertão, onde foram construídas pontes e outra a 15 m das margens.

Essa alternativa, no entanto, está longe de ser a ideal. Pela legislação ambiental só pode haver construções a 30 m de distância das margens dos rios. Por falta de outras opções, uma das ruas, a 15 m das margens, foi aprovada por ser de uso público. Como não foi possível salvar os 30 m de mata ciliar entre as vias e o rio Sertão, ficou acordado que os empreendedores fariam a recuperação das margens do rio e a modificação do material das ruas próximas ao córrego.

O aumento no tráfego da região será de 87,5% nos horários de pico, passando de 1600

para 3000 de veículos. Segundo o professor do Departamento de Arquitetura da UFSC, Lino Fernando Bragança Peres, presidente da comissão que estudou os impactos do shopping Iguatemi, as mudanças no sistema viário não serão suficientes para comportar o aumento. "Estão apenas adiando o problema, a bomba vai ser a longo prazo", afirma. Para ele, a localização do empreendimento é equivocada, pois já é uma área urbana com problemas. O sistema viário não comporta dois polos geradores de tráfego, como o shopping e o Hospital Vitta (outro empreendimento investigado pela Polícia Federal na Operação Moeda Verde), que será construído próximo ao supermercado Angeloni, e o acesso ao bairro Santa Mônica ficará prejudicado. "Em Florianópolis não se faz estudo prévio de localização. Primeiro se constrói e depois se vê o que acontece", critica o professor.

Todos estes problemas poderiam ter sido evitados se o Ipuf tivesse exigido um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) do empreendedor, e o tivesse analisado antes de conceder o alvará de construção. Este tipo de estudo consta no Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, e analisa, além dos acessos viários, outros danos urbanísticos causados pelo empreendimento. Como o EIV ainda não está regulamentado em Florianópolis, não é obrigatório. Essa foi a justificativa dada pelo presidente do Instituto. "O Ipuf ainda não tem corpo técnico para analisar isso", argumenta Ildo Rosa. Para o professor de Arquitetura, Francisco Ferreira, "os estudos de impacto devem ser de planejamento e não para legitimar as intenções dos empreendedores".

dilema

Mas afinal, o shopping está sobre o mangue?

Essa é a grande questão ambiental que envolve o empreendimento. Muita gente na cidade acredita que antes de a Santa Fé Veículos ser construída, em 1989, aquela área era de manguezal. Para esclarecer a situação, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) foi chamada para fazer a demarcação do terreno.

Baseada em fotografias da Marinha Americana de 1938 e 1957, os estudos preliminares da Comissão de Demarcação apontaram que o shopping Iguatemi está a 200 m do Manguezal do Itacorubi. Essa também era uma dúvida da procuradora da República Analúcia Hartman, que moveu uma ação civil contra o shopping, mas agora se diz convencida quanto ao assunto: "Todos os levantamentos geológicos que foram feitos, levantamentos de fotografias antigas, de mapas antigos, mostraram que aquele terreno já era usado como uma fazenda há muitas décadas. É uma coisa antiga e, com isso, a gente teve certeza de que aquilo ali não era manguezal".

Mesmo assim, a avaliação não convenceu a todos. O professor de Biologia da UFSC João de Deus Medeiros argumenta que aquele espaço poderia até não ser mangue em 1989, mas invariavelmente era no passado. O chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Ambientais da Polícia Federal, Raimundo Barbosa, é da mesma opinião e diz que até metade de maio terá um inquérito em mãos para comprovar que o shopping Iguatemi foi construído em área de manguezal.



DÚVIDA Foto de 1938 serviu como prova de que shopping não está sobre o manguezal



ISADORA PERON

Jacarés à margem do capitalismo

O shopping Iguatemi abriu as portas e os jacarés ficaram de fora. Sete alunos do curso de Biologia da UFSC foram impedidos de entrar no estabelecimento no dia de sua inauguração, em 17 de abril. Fantasiados de jacarés-do-papo-amarelo e joaninhas, os universitários protestaram contra a construção do empreendimento. Segundo os manifestantes, "o shopping estaria no lugar do habitat natural dos jacarés-do-papo-amarelo".

Na região, principalmente no poluído rio Sertão, facilmente encontram-se diversos jacarés convivendo com a urbanização crescente da região. Os seguranças não permitiram que os estudantes sequer ficassem na calçada do shopping, por ser de propriedade privada.

Em relação aos jacarés, o termo de acordo firmado pelos empreendedores e a Justiça Federal prevê a construção do Parque do Jacaré, com 18.900 m², que terá função de proteger a área de mangue remanescente. Além disso, pretende diminuir os impactos do crescimento populacional nos bairros Santa Mônica e Córrego Grande.

Auditoria prossegue até agosto na Feesc; informações estão sob rigoroso sigilo

JONATHAS MELLO

A interventora Fátima Pinto demitiu quatro funcionários e afirma que a atitude busca “impedir que irregularidades aconteçam”

BRUNA WAGNER
TALITA GARCIA

Passados dois meses do episódio que afastou, por suspeita de ilegalidades, a diretoria da Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina (Feesc), o caso continua sob investigação. Os envolvidos, acusados e acusadores, pouco ou nada falam. A auditoria nas contas da Feesc teve início na terceira semana de março, mas os responsáveis mantêm as informações levantadas em absoluto sigilo. O diretor-presidente afastado, Júlio Felipe Szeremeta, segue o conselho de não falar com a imprensa antes do julgamento do caso. Enquanto isso, na Fundação, a interventora indicada pelo Ministério Público Estadual (MPE), Fátima Regina Pinto Ribeiro, demitiu quatro funcionários sem justa causa, mas garante que a decisão nada tem a ver com a intervenção judicial de fevereiro e que tudo funciona normalmente.

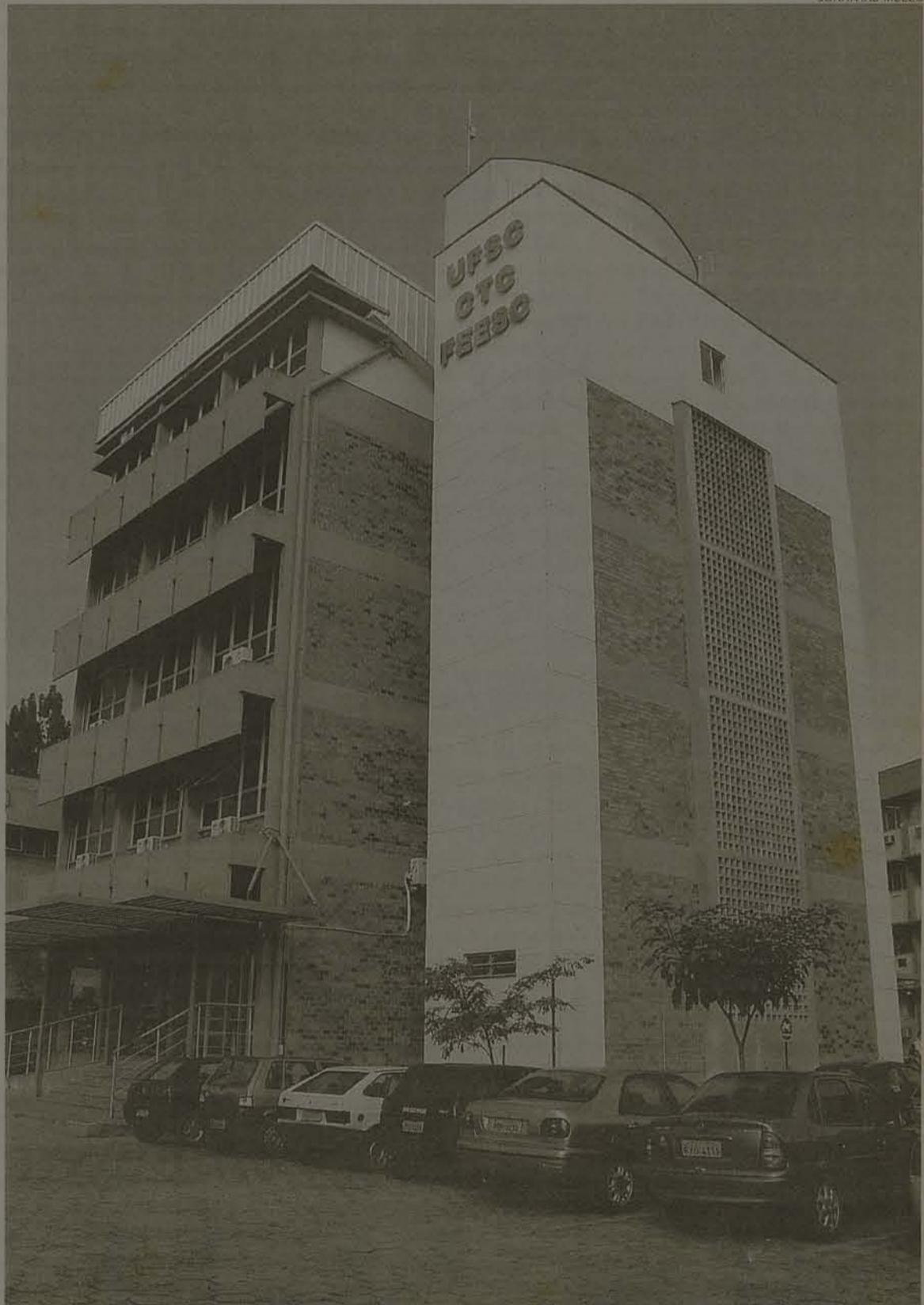
Vinte e sete de fevereiro, horário de expediente. O professor Szeremeta recebeu o comunicado de que deveria deixar o local de trabalho: a sala da presidência da Feesc no campus da UFSC. O então diretor-presidente foi surpreendido pela decisão judicial tomada no dia anterior. A ordem atingiu também o vice-presidente Edson da Rosa, o tesoureiro Jorge Mário Campagnolo e o secretário Antônio Edésio Jungles. Por um período de seis meses, todos ficarão afastados dos cargos da diretoria. Desde essa data, Szeremeta não fala com a imprensa. Procurado pelo ZERO, disse que suas palavras podem ser mal interpretadas e prejudicá-lo no julgamento. “Tudo o que eu tiver que falar em minha defesa será por via judicial”, avisou por telefone.

A dívida da Feesc com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ultrapassa a quantia de R\$ 5,5 milhões. A pendência motivou uma

fiscalização por parte da Delegacia de Receita Previdenciária de Florianópolis em janeiro deste ano. Os relatórios dos fiscais indicam que a Fundação deixa de recolher os tributos destinados ao INSS ao contratar funcionários como prestadores de serviço. Além da sonegação de impostos, os fiscais detectaram outros supostos crimes, como a apresentação de notas fiscais cuja soma é diferente da lançada na contabilidade e de notas de combustíveis e refeições em quantidade e valores considerados suspeitos para o consumo de uma só pessoa.

Com esses documentos em mãos, o então curador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CAO) do MPE, João Alexandre Massulini Acosta, entrou com uma ação civil na Justiça e pediu o afastamento preventivo da diretoria. A sentença do juiz Luís Felipe Canever, expedida em 26 de fevereiro, foi favorável à ação e constata ainda outros problemas como “a utilização de passagens e faturas de agências de turismo em que outros foram beneficiados e não apenas o beneficiado pelo reembolso, a utilização de notas fiscais de pessoas jurídicas; a apresentação de notas fiscais cujas despesas são de cunho pessoal e a apresentação de relações com diversos beneficiados nos reembolsos”. O afastamento não é definitivo e está sujeito a recurso. “A medida é cautelar, quando a auditoria terminar será verificado se houve ou não má gestão”, explica Canever.

As quatro demissões feitas pela interventora ocorreram na quarta-feira, 18 de abril, e afetaram a gerência e a superintendência da Fundação. Os profissionais demitidos são o superintendente Renato Carlson, o gerente de projetos especiais Gilberto Klaumann, o gerente administrativo-financeiro Antônio Born e o gerente da



SEDE A interventora pode controlar a entrada de pessoas no prédio da Fundação, que fica no CTC da UFSC

Livraria Convivência, Alcides de Ataíde. Por e-mail, Fátima esclarece que a medida se deve “à necessidade de adequação aos novos processos de gestão que estão sendo implementados na Feesc”. Ao final do texto, acrescenta que a entidade precisa “reinventar o que sempre fez para impedir que irregularidades aconteçam”.

Dias antes, em 5 de abril, a interventora procurava enaltecê-lo ar de tranquilidade na Fundação: “As pessoas ouvem falar em intervenção e pensam que a Fundação vai fechar as portas. Não é nada

disso, o trabalho aqui corre normalmente”. Na ocasião, ela explicou que estudava outro modelo de gestão para a Feesc e antecipou ter autoridade para demitir ou admitir funcionários. “Farei os ajustes administrativos necessários e isso não tem nada a ver com a intervenção”, disse.

Escolhida pelo MPE para ocupar o cargo de administradora provisória na Feesc, Fátima assumiu o posto com a missão de fazer uma varredura nas contas da entidade desde 2000. Para realizar esse trabalho contratou a empresa BDO Trevisan, que tem até

agosto para concluir o levantamento. Quando terminar o período de intervenção, a Justiça decide se mantém ou não Fátima à frente da Feesc.

A interventora diz que não há relatórios prontos por parte dos auditores. O sócio-diretor da BDO Trevisan, Cláudio Reis, informou que seria “premature” divulgar resultados do serviço realizado até agora e que, se por acaso o fizesse, “necessitaria, antes, do crivo da Feesc”. Além das informações levantadas pela auditoria, Fátima também tem que prestar contas semanalmente ao MPE.

Reitor e vice consideram Feesc vital para UFSC e Centro Tecnológico

O reitor da UFSC, Lúcio Botelho, diz que o autor da ação contra a Feesc, João Alexandre Massulini Acosta, omitiu uma importante informação da Justiça. Os documentos da Fundação entregues ao INSS durante a fiscalização estavam com o MPE. Segundo Botelho, isso teria induzido o juiz a determinar o afastamento preventivo da diretoria para evitar que esses papéis fossem extraviados.

Na visão de Botelho, as conseqüências da intervenção serão desastrosas tanto para Feesc e Centro Tecnológico (CTC) quanto para a própria Universidade. "A UFSC não seria a potência que é se não fossem as fundações. Desse dano nós não vamos nos recuperar tão cedo", disse. Para o reitor, a Fundação, que completa 41 anos em 2007 pode "morrer" em questão de meses. "Corremos o risco não só de matar a Feesc", falou o reitor, "mas de matar também o CTC", completou o vice-reitor Ariovaldo Bolzan, que entrou no gabinete da reitoria para conversar com Botelho e acompanhou a entrevista do ZERO. Botelho concordou com o vice: "Vão matar a Fundação e o CTC".

Para Botelho, o único problema da Feesc com o INSS diz respeito às bolsas

concedidas a pesquisadores e estudantes via Fundação. O Instituto considera que bolsistas que trabalham em projetos ligados a fundações há mais de quatro meses passam a ter vínculo formal de emprego. Por isso, a Feesc precisaria pagar impostos ao INSS referentes a esses empregados, o que na prática não acontece. "Então, esse caso não se trata de má gestão, mas de dívidas com o INSS", conclui.

Os dois representantes da reitoria se mostram contrários à decisão da interventora Fátima de demitir, sem justa causa, os gerentes e o superintendente na quarta-feira, 18 de abril. "Falta noção do que é a Feesc por parte da intervenção", afirmou Botelho. Ele conta que, atualmente, algumas empresas procuram outras fundações de apoio da UFSC para executar projetos que antes eram ligados à Feesc.

Bolzan, que presidiu a Fundação de 2001 até fins de 2004, considera injusta a intervenção. "A Fundação não deve para ninguém, cumpre todos os contratos e tem dinheiro em caixa", ressalta. E o reitor continua: "Eu não consigo entender o motivo dessa intervenção até hoje. Isso fere a autonomia universitária na sua essência".



REITORIA Lúcio Botelho acredita que a intervenção na Feesc fere a autonomia da Universidade

Fundações: imprescindíveis ou privatização do ensino público

A função e a permanência das fundações de apoio é alvo de contradições no Brasil. Os posicionamentos predominantes são três: os favoráveis, os contrários e os que exigem maior transparência. Aqueles que defendem essas entidades acham que as verbas governamentais são insuficientes para manter as universidades, o que torna as fundações imprescindíveis na captação de dinheiro. Há também os que exigem maior transparência em relação a contratos e acordos entre elas e as universidades. Uma terceira vertente é contra a existência das fundações e os vínculos entre patrimônio público e privado.

Os defensores dessa última descartam o argumento de as fundações facilitarem a entrada de capital nas instituições. Para eles, essa ligação tende à privatização do ensino público. Membro do Grupo de Trabalho Fundações (GT Fundações), do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Carlos Henrique Lemos Soares afirma que as verbas captadas

deveriam ser recolhidas pela própria universidade. "Poderíamos ter um departamento responsável por essa tarefa", diz ele. Na visão de Soares, as fundações beneficiam um grupo seleto de pessoas, viabilizam certos projetos em detrimento de outros e dificultam a diferenciação entre o público e o privado.

O professor Carlos Alberto Marques, conselheiro do Centro de Ciências da Educação (CED) junto ao Conselho Universitário (CUn) da UFSC, reconhece a importância dessas entidades como fontes captadoras de recursos para as universidades, mas diz que a fiscalização é ineficiente. Ele lembra que a legislação (Lei 8.958, de 1994) obriga as fundações a submeter convênios e contratos que envolvem recursos públicos ao CUn. Mas garante que a lei não é cumprida.

Outro problema apontado por Marques diz respeito especificamente à UFSC. Desde 2004, a cada início de ano letivo, as fundações entregam uma prestação de contas ao CUn. Para o conselheiro, esses documentos parecem mais

um "balancete" que uma prestação. Ele considera as informações dos relatórios insuficientes, precárias e de difícil compreensão. "É impossível entender o conteúdo dos relatórios, afinal os conselheiros são leigos", disse ao mostrar a prestação de contas de 2004 da Feesc.

Na UFSC, uma fonte que não quis ser identificada alertou para a diferença entre o lucro obtido por uma empresa – que monta laboratórios nas universidades por intermédio das fundações – e o investimento que ela faz em mão-de-obra. A bolsa concedida a estudantes universitários varia de R\$300 a R\$800, e apenas em alguns casos é superior a esse valor. Sobre a utilização de trabalho dos graduandos a um baixo custo, o vice-reitor Ariovaldo Bolzan afirma ser "uma bobagem". "Temos estudantes com muita vontade de se formar. Quando os pais não têm condições de os sustentar aqui na cidade, a bolsa acaba sendo uma alternativa e ainda contribui para a formação profissional dos futuros engenheiros", diz Bolzan.

Entenda a Feesc

As fundações são formadas por um patrimônio - em dinheiro ou imóvel - com finalidades sociais específicas. A Feesc é reconhecida como instituição de Utilidade Pública Estadual e foi criada para promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social, por meio da pesquisa, do ensino e da transferência de conhecimento. O investimento que gerou a Fundação, em 1966, veio das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Eletrosul e Eletrobrás.

A entidade se propõe a captar recursos e gerir projetos de pesquisa, ensino e extensão; estimular e promover a realização de estudos, pesquisas e programas de capacitação; além da promoção, criação e manutenção de cursos de formação, atualização, aperfeiçoamento e pós-graduação. A maior parte dessas iniciativas é voltada às atividades do Centro Tecnológico (CTC) da UFSC.

O convênio com a Universidade aconteceu em 1979. Foi nessa época que a Feesc implementou a Livraria Convivência no campus da UFSC.

A Universidade conta com outras quatro fundações de apoio. São elas: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-econômicas (Fepese), Fundação José Arthur Boiteux (Funjab) e Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi).

Briga judicial aponta problemas na Funjab

O Ministério Público Federal (MPF) também rejeitou as contas da Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), numerando nove irregularidades. A Funjab é uma entidade de apoio a atividades de ensino, pesquisa e extensão e de aprimoramento institucional, científico e tecnológico do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ). Entre as irregularidades que chamam mais atenção estão o fato de a maioria dos funcionários com carteira assinada serem registrados como enfermeiros e a relação da fundação com a *Fondazione Cassamarca* da Itália, que não possui registro no Brasil.

Um dos principais críticos à administração da Funjab é o professor do Curso de Pós-graduação em Direito (CPGD) na UFSC, Christian Caubet. Ele afirma que professores com vínculo exclusivo com a Universidade dão au-

las em outras instituições. Também comenta que não se sabe o que é feito com o dinheiro da fundação, pois, segundo ele, as contas foram aprovadas por pessoas que não têm interesse em torná-las públicas. O principal motivo seria que a Funjab não faz registro de horas-aula ministradas em cursos pagos de especialização.

O professor Orides Mezzaroba - coordenador do CPGD e presidente da Funjab - defende-se das acusações primeiro explicando a relação com a *Cassamarca*. "O dinheiro entrou no país pelo Banco Central, e nós o retiramos através do Banco do Brasil, como qualquer dinheiro que vem de fora legalmente", argumentou. Quanto ao fato de ter funcionários registrados como enfermeiros, o professor conta que o MP já reviu a situação e autorizou a fundação a continu-

ar com o trabalho. "Este projeto estava na Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão (Fapeu) registrado na área de saúde. Mas eles tiveram problemas e o transferiram para a Boiteux. O próprio promotor visitou o projeto, entendeu o que se passava e nos autorizou a continuar", explica. Quanto às cargas horárias e às aulas dos professores, Mezzaroba conta que a obrigação de registrá-las é da UFSC, mas garante que nenhum docente está dando mais aulas do que o permitido. "Os professores com vínculo exclusivo têm direito a dar oito horas de aulas extras por semana. Mas não são obrigados a dá-las em uma semana, essas horas podem acumular", ressalta.

Como tudo começou

Orides Mezzaroba assumiu a coordenação do curso no ano

de 2005. Ao tomar posse, fez um discurso que o professor Caubet entendeu como ofensivo à maneira como ele havia se comportado como coordenador quatro anos antes. Desde então, Caubet diz que ficou atento ao que estava acontecendo e que começou a verificar certo número de irregularidades administrativas e contábeis. Ao pedir esclarecimentos à administração da Universidade e ao próprio Mezzaroba, Caubet conta que não recebeu resposta nenhuma. Então, resolveu recorrer à Justiça.

O juiz do caso indeferiu a ação popular de Caubet. Em resposta, Mezzaroba entrou na justiça com ação por danos morais contra o ex-coordenador. "Acho que ele fez isso por uma ira pessoal, mas se são essas as acusações dele eu vou para casa tranqüilo. Mas ele vai pagar pelo que está fazendo co-

migo, todas as acusações estão caindo por terra", garante Mezzaroba.

Caubet se diz perseguido dentro do CPGD. O tesoureiro Aires José Rover entrou com ação para o não reconhecimento do professor na Fundação, alegando que este fez ataques desrespeitosos à imagem, aos professores e aos alunos do CPGD. Caubet ataca: "Ao invés de dar declarações, o tesoureiro deveria mostrar as contas".

O Ministério Público de Santa Catarina está reanalisando as contas da Funjab. O antigo curador do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Cidadania e Fundações, João Alexandre Acosta, foi demitido do cargo. Para seu lugar foi chamada Vera Lúcia Ferreira Copetti. Até o fechamento desta edição nenhuma resolução sobre as contas havia sido tomada pelo MP. F.M.

ESPORTE

Vôlei da Unisul sofre calote da prefeitura

Dívida do município de São José com o time chega aos R\$ 360 mil e coloca em dúvida a continuidade da parceria

SÍLVIO AVILA/CBV

FELIPE MONTEIRO
GUILHERME CARRION

Após vencer o Banespa no dia 25 de março e avançar à semifinal da Superliga Masculina de Vôlei, Giovane Gávio, gerente esportivo e assistente técnico da Unisul/Nexxera de São José, desabafou à imprensa. Exaltou seus atletas por superarem as adversidades de oito meses de verbas atrasadas pela prefeitura de São José. Nove dias depois, eliminada pela rival Cimed nas semifinais, a equipe somava um mês a mais ao calote que totaliza R\$ 360 mil.

Naquele vitorioso dia 25, a prefeitura prometia regularizar a situação. Hoje, fala em "renegociar o acordo". O contrato assinado pela Câmara de Vereadores em 2005, no início da gestão do prefeito Fernando Elias (PSDB), previa a utilização do nome de São José pelo time de vôlei da Unisul até 2009. Em troca, a prefeitura desembolsaria R\$ 40 mil mensais, além de manter um ginásio como sede da equipe na cidade - o Forquilha, na periferia de São José.

O valor mensal, que deveria ser repassado pela prefeitura,

representa 20% da receita do clube. "Quando assinamos o contrato, nós depositamos muita confiança nesse acordo. É ruim isso, porque fizemos todo um planejamento que contava com esse dinheiro", lamenta Giovane, campeão mundial e olímpico como jogador pela seleção brasileira. A quebra do planejamento trouxe problemas para a Unisul. Os atletas estão com dois salários atrasados e a dívida do time com os jogadores chega a R\$ 240 mil. A promessa de Giovane é que os atrasados serão pagos assim que o clube puder.

A intenção é reaver o dinheiro do calote da prefeitura de São José, mas Giovane diz não ter conhecimento sobre a quantia que o time poderá receber. O gerente esportivo também não possui mais contato com ninguém da Fundação de Esportes, instituição da prefeitura que cede nome ao time, desde a saída do antigo superintendente Adriano de Britto. "Apesar disso, tem um pessoal da Fundação que é nosso parceiro, um pessoal do baixo escalão", pondera. Sem alternativas, Giovane passa o caso para Gerson Luiz Joner da Silveira, reitor da Unisul, que

preferiu não se posicionar sobre o assunto.

Na prefeitura de São José, as informações são confusas. A assessoria de imprensa da instituição afirma que o caso Unisul é de responsabilidade da Fundação de Esportes do município, que tem como superintendente Adir Xavier de Castro. Procurado pelo ZERO, Castro se encontrava "ausente por motivo de viagem." Na ausência do superintendente, quem fala sobre a questão é o adjunto Pedro Carlos Freitas. "Eu não irei responder sobre isso. A Fundação só entra com o nome. Esse acordo foi feito pelo prefeito", desconfia.

Incomunicável, o prefeito Fernando Elias manifesta-se sobre o assunto através da assessoria de imprensa. A ideia é renegociar o contrato que São José possui com a Unisul. A prefeitura também não estaria totalmente satisfeita com a parceria ao reclamar de uma suposta não colocação da palavra São José no uniforme da equipe. A inscrição, porém, se encontra na camiseta da Unisul, como nas usadas pelos jogadores na derrota para a Cimed, em 3 de abril. Sobre a dívida que já possui com o clube, o comunicado é que "o prefeito está priorizando o pa-



DÍVIDA São José enfrenta Cimed com dois meses de atraso salarial

gamento dos salários atrasados dos funcionários do município".

Com futuro incerto, Giovane promete: "com o apoio ou não da prefeitura de São José, a equipe vai existir, só não se sabe o tamanho". Após o encerramento da Superliga, inicia-se a fase de negociação no vôlei brasileiro, momento em que os times acer-

tam contratos de patrocínios e definem contratações de jogadores. Para a próxima temporada, que começa em julho, a campeã brasileira de 2004 espera uma definição do caso, pois, além do calote, teme ser vista como clube devedor. "O atleta não vai jogar em um time que atrasa salários", afirma Giovane.

HU faz primeira reforma na emergência

Ala será ampliada em 1.416 m² e dividida em três setores que atenderão de acordo com a gravidade do caso

HEITOR CARDOSO

ANNELIZE CONTI
EVANDRO BORDIGNON

O Hospital Universitário (HU) Ernani Polydoro São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realiza a primeira reforma no setor de emergência desde sua fundação, há 26 anos. A obra consiste na ampliação da área de emergência e na adequação do setor antigo ao novo sistema de atendimento. Os trabalhos começaram no início do ano passado e estão na fase de conclusão. A reforma na ala antiga iniciou no dia 26 de março. A previsão é de que as obras estejam concluídas até 27 de julho.

Um dos objetivos da reestruturação é implementar o sistema de identificação de risco. O atendimento será dividido entre os setores amarelo, verde e vermelho, de acordo com a gravidade dos casos atendidos. O espaço físico aumentará 1.461 m². O número de leitos passará de oito para 15 e o de consultórios de sete para 11. Quando foi criada, a emergência atendia inicialmente 10 mil pacientes por ano. Já chegou à marca de 120 mil e faz 95 mil atendimentos, sem que houvesse ampliação da estrutura. Com isso, muitos pacientes que são colocados em observação precisam ficar em cadeiras, pois não há macas ou camas suficientes.

De acordo com Dr. Carlos Alberto Justo da Silva, diretor geral do hospital, trata-se de uma noção diferente de emergência, com um tratamento mais humanitário. Com a implantação do novo sistema, ao dar entrada no hospital, o paciente será acolhido por uma equipe, que realizará um diagnóstico inicial, onde serão avaliados a pressão

arterial, a temperatura e os sinais vitais. Em seguida, ocorre o encaminhamento a um dos três setores, de acordo com o estado de risco. Isso evitará que pacientes em situação de emergência tenham de aguardar na fila juntamente com outras pessoas que necessitam apenas de uma consulta. Segundo o diretor, de 15% a 20% dos casos seriam atendidos nos dois setores de maior gravidade.

Durante o período das reformas, o hospital atenderá apenas os casos mais urgentes. A expectativa é de que o número de atendimentos caia de 10 mil para uma média de 2 mil pacientes por mês. Para garantir atenção aos demais casos, foi firmado um convênio entre o

ANNELIZE CONTI



REESTRUTURAÇÃO Ala nova atende apenas casos graves, enquanto...

HU e o hospital Celso Ramos, no Centro. Através do acordo, os pacientes que não correm risco de morte são encaminhados para o hospital Celso Ramos. Em contrapartida, o



... parte antiga passa por reformas até o final de julho

HU disponibiliza as vagas excedentes para internar pacientes daquele hospital. Cerca de três a seis doentes são transferidos por dia do hospital do Centro da Capital para o Universitário.

Desde que a reforma come-

çou, o hospital Celso Ramos registrou um aumento de aproximadamente 200 pacientes por dia, o que significa 700 pessoas atendidas diariamente. O diretor-geral do Celso Ramos, Dr. Getúlio Oliveira Filho, explica que "os hospitais funcionam a todo vapor, direto, sem folga no sistema. Se um hospital da cidade fecha alguma ala, sobrecarrega os outros". Isso explica por que 40 pessoas recebem atendimento e esperam em macas e não nos leitos da emergência. Apesar disso, segundo Dr. Oliveira Filho, nenhum paciente em esta-

do grave deixou de ser atendido, inclusive no HU.

A diretoria do Hospital Universitário explica que a reforma poderia ter sido realizada ainda no final do ano passado, mas optou-se esperar pela fim da temporada de verão, quando os casos de acidentes aumentam e a demanda é maior. O custo total da reforma, da ampliação e da compra de novos equipamentos é de R\$ 1,8 milhão. Os recursos são provenientes do orçamento do hospital e da Associação Amigos do HU, que doou R\$ 376 mil. A parte proveniente do orçamento do hospital é utilizada na reforma e ampliação do espaço físico, enquanto o restante é destinado à compra de equipamentos.

solidariedade

Entidade obtém recursos para o HU através de doações

A Associação Amigos do HU é uma entidade sem fins lucrativos, formada por voluntários que prestam assistência aos pacientes internados no hospital e seus acompanhantes. Os sócios contribuintes participam de grupos de trabalhos desenvolvidos na entidade, têm direito à voto nas assembleias da associação, além de colaborar todo mês com R\$ 5.

As doações podem ser feitas, por qualquer pessoa física, diretamente à associação ou por débito automático na conta de luz. Trinta entidades, entre empresas privadas e órgãos públicos, colaboram de

alguma forma com os serviços dos Amigos do HU. Dentre elas está a Receita Federal, que anualmente doa à entidade produtos legalmente apreendidos, que são leiloados ou vendidos em bazares beneficentes.

No dia 19 de março deste ano, a Associação inaugurou uma loja no Centro de Cultura e Eventos da UFSC (foto ao lado), onde são comercializados produtos repassados pela Receita. Além da loja, a entidade possui também um brechó, localizado no Centro de Convivência da Universidade.



ANDRESSA TAFFAREL

TEATRO

No olho da rua

XIV Festival Nacional de Teatro Isnard Azevedo vai ao encontro da platéia, mas ainda é alvo de críticas dos artistas locais

FERNANDA FAVA
FERNANDA PERES

Na edição de 2007, realizada de 7 a 14 de abril, o evento voltou com fôlego após um ano de interrupção e colocou em cena um recorde de 62 apresentações. Do total, 40 delas tiveram lugar nas ruas e locais públicos da cidade, tanto no palco montado no Largo da Alfândega, quanto em universidades, pontos movimentados e até mesmo hospitais.

Após 13 edições, em novembro de 2006, a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes não conseguiu levantar recursos para realizar o festival. A data foi transferida, então, para abril deste ano. A organização descentralizou as apresentações para alcançar um público maior. "O importante para o Isnard é ter visibilidade para que, mesmo quem não vai ao teatro, saiba que ele existe", explica o superintendente da Fundação, Wilson Rosalino.

Apesar da aproximação com o público, o festival ainda falha em muitos aspectos, na opinião de Pepe Nuñez, presidente da Associação Gesto, que congrega grupos teatrais da capital. "O Isnard ganhou em diversidade, espaços e número de grupos. Saiu do centro da cidade e isso é algo a ser aprofundado, pois Florianópolis não dispõe de muitos teatros. Mas, para as próximas edições, precisamos mudar essa filosofia de premiação em dinheiro", defende.

Nuñez propõe que o valor entregue aos melhores – R\$ 20 mil no total – seja distribuído como cachê entre todos os grupos e os vencedores das categorias competitivas recebam, como recompensa, uma temporada em um teatro da cidade, com direito a ficar com o lucro da bilheteria.

Um dos ganhadores desse ano, Andréo Pereira, também tem ressalvas em relação ao prêmio em dinheiro. "Os grandes festivais nem cogita uma premiação. Os grupos são convidados para uma mostra, não se submetem à competição", compara. "Você já ouviu falar de quem ganhou o último Porto Alegre em Cena? Claro que não, simplesmente porque o festival é uma mostra e não uma competição".

Depois de três anos e duas edições sem vencedores, a mostra voltou a ser competitiva. Em 2007, 91 grupos de todo o Brasil se inscreveram no festival. O número cresceu se comparado aos 89 inscritos em 2004, porém, é bem menor que os 148 de 1999. Rosalino explica que a premiação serviu para trazer bons espetáculos, o que não aconteceu nas edições anteriores, quando não houve disputa.

Baixa qualidade

Carreira não concorda com Rosalino e diz que o prêmio em dinheiro tende a atrair espetáculos amadores em busca de recompensa financeira. Na sua opinião, isso vai contra a idéia de um festival com maior profissionalismo, que traga peças de destaque nacional. Além dos cheques de R\$ 10 mil entregues à melhor peça da Categoria Adulto e da Categoria de Rua, a Fundação Franklin Cascaes repassou R\$ 5 mil como cachê a todos os participantes.

Nuñez participou da comissão que selecionou os espetáculos e acredita que o valor baixo do cachê e a ausência de festival em 2006 fizeram com que bons grupos não se interessassem pelo evento. "Tivemos dificuldade em escolher, pois faltava qua-

lidade às peças inscritas. Para segurar um bom espetáculo e cobrir os gastos, é preciso pelo menos R\$ 7 ou 8 mil". Além disso, a forma de seleção utilizada este ano – por meio de vídeos e DVDs das peças – não é a mais adequada. "Para fazer uma boa curadoria, é preciso assistir ao espetáculo no teatro", explica.

Não é preciso ir muito longe para encontrar um exemplo de como os critérios de seleção poderiam ser mais coerentes com o que um festival se propõe, lembra o diretor de teatro local Jefferson Bittencourt, que participou do Isnard com a peça *Nem mesmo a chuva tem mãos tão pequenas*. "O Festival Brasileiro de Teatro de Itajaí apostou em espalhar o evento pela cidade e em estrutura para os grupos", avalia. A primeira edição da mostra, realizada em fevereiro desse ano, propôs uma maior representatividade nacional, através de uma curadoria que selecionou três grupos por região do país e ofereceu passagens aéreas e hospedagem para todos.

Apesar da discordância de parte da classe teatral em relação às políticas adotadas para o Isnard Azevedo, aparentemente

existe diálogo com a Fundação Franklin Cascaes. "O Rosalino está nos dando abertura, e ainda neste mês discutiremos o que pode ser melhorado para as futuras edições do festival", conta Nuñez.

O próximo festival está com data marcada. De 10 a 20 de abril de 2008, com três dias a mais de duração, o evento volta a trazer a Florianópolis grupos de teatro de todo o Brasil. Rosalino antecipa que a intenção é levar ainda mais espetáculos para a rua.

FERNANDA FAVA



PRÊMIO No encerramento, foram distribuídos R\$ 20 mil para os vencedores da mostra competitiva



APROXIMAÇÃO Mostra de rua levou peças até para o Hospital Infantil

MARA FREIRE

perfil

Festival homenageia dramaturgo da década de 80

Isnard Mello de Azevedo, nasceu em Muçum (Rio Grande do Sul) em 1950, mas foi na Florianópolis da década de 1980 que o arquiteto e professor da UFSC se destacou no cenário teatral. Junto com outros artistas da época como Ademir Rosa, Piero Falci, Jane Goeth e Lílian Del'Antônio criou, em 1981, o grupo O Dromedário Loquaz. Cabia a Isnard toda a parte de concepção cênica, direção, figurino, cenário e sonoplastia das peças produzidas.

Apesar de estar no fim, a censura não poupou a dramaturgia contestadora do grupo, que questionava o poder das autoridades. Isnard esteve à frente da equipe durante 10 anos e 12 espetáculos, quando criou a Fundação Franklin Cascaes, com o objetivo de propor uma discussão cultural na cidade.

Ainda em 1991, aos 40 anos, o diretor faleceu devido a uma parada cardíaco-respiratória. Em sua homenagem, o Festival de Teatro de Florianópolis – cuja primeira edição aconteceu dois anos depois – foi batizado com seu nome.